

**Resposta 20/05/2021 12:02:19**

Resposta acerca de PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO. Subsidiados no Parecer de nº 1871/2021 - PGM, acerca de PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO IMPETRADO PELA EMPRESA ATHOS BRASIL SOLUÇÕES EM UNIDADES MÓVEIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.617.192/0001-30, referente ao Processo n.º 3937/2021, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica N.º 015/2021, objetivando a Aquisição de 01 (um) veículo tipo Trailer Veterinário (Castramóvel) 0 (zero) km, destinado à Secretaria Municipal de Saúde, esta Pregoeira e Equipe de apoio decide pelo não acolhimento do Pedido, mantendo os termos do Edital. Abaixo, transcrevemos trechos do Parecer que se encontra na íntegra no site da Prefeitura (<https://transparencia.arapiraca.al.gov.br/licitacao>) (...) No caso em comento o Termo de Referência, não elenca qualquer exigência de qualificação técnica, o que faz pressupor que a Administração Municipal ao exercer o seu juízo de discricionariedade quanto à delimitação dos requisitos de habilitação não constatou que a apresentação de determinado documento ou atestado técnico é relevante o suficiente para assegurar a plena execução dos serviços a serem contratados por parte do licitante. O estabelecimento de qualificação técnica via de regra, causa evidente restrição à competitividade, nesse sentido o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal estabeleceu que no âmbito de licitações públicas, somente são permitidas exigências de habilitação técnica e econômica "indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações". Assim, seguindo a orientação a Lei 8.666/93 – de aplicação subsidiária ao Pregão – estabeleceu taxativa proibição a qualquer tentativa de restringir, frustrar ou comprometer a disputa e competição nas licitações, não obstante tal procedimento perseguir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Veja-se: Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. §1º É vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991. Portanto, na ausência de argumentos verdadeiramente técnicos que demonstrem, inequivocamente a necessidade de estabelecimento e comprovação da qualificação técnica quanto ao objeto licitado, a inclusão de cláusulas edilícias com esse objetivo poderá restringir ou limitar demasiadamente o universo de competidores e com isso até mesmo afastar a possibilidade da obtenção da melhor proposta para o Município. Ademais, o estabelecimento de restrições de ordem técnica e econômica são exceções e, como tal demandam aplicação razoável e proporcional com relação ao objeto da licitação, o que não se observa no caso presente, uma vez que são frágeis os argumentos da impugnante. É preciso esclarecer, em relação ao estabelecimento dos requisitos de habilitação pelo Edital, que a lei 8.666/93 não impõe a obrigatoriedade de adoção de todas as exigências dispostas na norma legal, pois o conteúdo das exigências habilitatórias sobretudo aquelas pertinentes à qualificação técnica, devem ser estabelecidas de acordo com as circunstâncias de cada licitação. Veja-se o que diz MARÇAL JUSTEN FILHO sobre a questão: "O elenco dos arts. 28 a 31 deve ser reputado como máximo e não como mínimo. Ou seja, não há imposição legislativa a que a Administração, em cada licitação exija comprovação integral quanto a cada um dos itens contemplados nos referidos dispositivos. O edital não poderá exigir mais do que ali previsto, mas poderá demandar menos". (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14ª Edição, pág. 401, Ed. Dialética). A lei remete a decisão ao juízo discricionário do Gestor. Se optar por estabelecer requisitos de qualificação técnica, estes devem guardar proporcionalidade com o objeto licitado. JESSÉ TORRES PEREIRA JÚNIOR assinala o seguinte ensinamento: "Logo a Constituição reservou à autoridade administrativa a discricionariedade necessária e suficiente para incluir nos editais de licitação as exigências de comprovação de qualificação técnica que se ajustem a natureza do objeto em disputa, suas características e complexidade de sua execução. Em outras palavras, cabe a cada edital o dosar as exigências de modo a resguardar a Administração quanto a experiência do licitante na precedente execução de objetos assemelhados". (Pereira Júnior, Jessé Torres. Comentários à Lei de Licitações e Contratações da Administração Pública, 2002, Editora Renovar). A forma de graduação dos requisitos de habilitação técnica a serem fixados pela Administração no ato convocatório da licitação, poderá variar e corresponder ao grau de complexidade do objeto licitado, conforme a liberdade de escolha do Administrador. Nesse sentido, também afirma ADILSON ABREU DALLARI: "no tocante à habilitação de licitantes, é inegável que a autoridade administrativa dispõe de certa margem de discricionariedade, pois a fixação dos requisitos de capacidade técnica e financeira depende do futuro contrato". (Aspectos jurídicos da licitação. 5. ed. São Paulo: ed. Saraiva, 2000. p. 126). Não há como a empresa impugnante se imiscuir na discricionariedade que goza a Administração Pública Municipal, sobretudo, para, com isso, buscar diminuir o universo dos competidores, mediante o estabelecimento no Edital, de requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira desnecessários e que podem frustrar a competição. De modo geral, quando a Administração pública reduz as exigências de habilitação está reduzindo a burocracia e o ônus para os licitantes, bem como, está ampliando a competitividade e aumentando a possibilidade de obter proposta mais vantajosa. Lembrando-se, que as condições habilitatórias à luz do que estabelece o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, devem ser as mínimas possíveis, apenas aquelas que possam demonstrar a indispensável garantia do cumprimento das obrigações. Deste modo, cabe à impugnante o ônus de demonstrar a incorreção/omissão dos requisitos de habilitação técnica, entretanto, fundada em argumentos técnicos e/ou científicos que permitam, inequivocamente, evidenciar a sua imprescindível necessidade técnica para, com isso, corrigir os juízos adotados pela Administração e, por conseguinte, sanar a eventual omissão, o que não se verifica no caso em tela. Cabe ressaltar ainda que as exigências de qualificação técnicas apontadas pela impugnante não cabem à fase de habilitação, e sim no momento da execução e entrega do objeto licitado, que deverá estar de acordo com as especificações do Termo de Referência, sob pena de serem aplicadas as penalidades previamente definidas. Até porque, a exigência de CAT (Certificado de Atendimento à Legislação de Trânsito) emitido pelo DETRAN, e CCT (Certificado de Capacidade Técnica), emitida pelo INMETRO, conforme exigência da resolução nº 291 de 29 de agosto de 2008 do CONTRAN, dizem respeito

ao produto a ser fornecido e não a pessoa do licitante, razão pela qual não podem ser inseridas como exigências de habilitação técnica comprobatória de aptidão do licitante. E, sobretudo, porque tratam da regularidade do veículo a ser modificado com vistas ao atendimento das normas de trânsito, o que se verificará apenas na fase de execução contratual, pelo vencedor do certame. Além do que, a exigência de Registro da Pessoa Jurídica e de seus responsáveis técnicos (engenheiro mecânico e engenheiro eletricitista emitida pelo CREA, não é compatível com o objeto licitado, mostrando-se desproporcional, desnecessária e restritiva. E a questão de subcontratação sequer é regulada ou autorizada pelo Edital. Ante ao exposto, são tidos por improcedentes os argumentos da impugnante. E, na dúvida, deve preservar-se a ampliação da disputa, garantido-se a maior universalidade de competidores aptos a apresentarem propostas válidas. IV – DA CONCLUSÃO Preservado, então, os princípios da legalidade, isonomia, impessoalidade, moralidade e igualdade, não há nenhuma alteração a ser feita no Edital, haja vista, que a inclusão das exigências da impugnante restringirá, frustrar ou comprometer a disputa e a competição da presente licitação. Aliás, o Ministro ALEXANDRE DE MORAES, analisando este tema se expressa da seguinte maneira: “O Administrador público somente poderá fazer o que estiver expressamente autorizado em lei e nas demais espécies normativas, inexistindo, pois incidência de sua vontade subjetiva, pois na administração pública só é permitido fazer o que a lei autoriza”. (MORAES, Direito Constitucional, p. 324). Deste modo, são prestados os devidos esclarecimentos, e, por conseguinte, deixa-se de promover quaisquer alterações no ato convocatório, mantendo-se incólume o Edital. Segue, igualmente in tacta a data inicialmente fixada para realização desta licitação.

Fechar